



Índice

- 01** Justiça mantém decisão que obriga União a fornecer remédios aos índios do ARN
- 02** Hilton Coelho pede que presidente Dilma se lembre dos quilombolas
- 03** União reconhece territórios de comunidades quilombola na Paraíba
- 04** Agraer faz entrega de sementes para 14 comunidades quilombolas do Estado
- 05** UnB forma primeiro médico indígena
- 06** Organizações e bispo denunciam falta de atenção à saúde dos povos indígenas
- 07** Prêmio Culturas Indígenas tem inscrições prorrogadas, no AM
- 08** No AM, 70 mil índios terão que ter acesso à água potável, diz Justiça
- 09** Audiência decide destino de crianças indígenas abandonadas
- 10** Aberto processo seletivo para professor trabalhar com índios no MA
- 11** Guaranis e Caigangues participam de homenagens a Sepé Tiarajú
- 12** Criança indígena que não sabia falar português vira atriz de "Tainá - A Origem"
- 13** Deputados divergem quanto à devolução de terra a índios no MT
- 14** Funai perde disputa por mais terras em Brasnorte (MT)
- 15** De volta a Angola Janga relembra a destruição do Quilombo dos Palmares



Justiça mantém decisão que obriga União a fornecer remédios aos índios do ARN
SÍTIO R7, 06.02.2013

A Justiça Federal negou recurso da União e manteve a decisão liminar que obriga a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), do Ministério da Saúde, a garantir o fornecimento de medicamentos a mais de 1,7 mil comunidades que vivem na área sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro, no noroeste do Amazonas.

O recurso da União agora deverá ser julgado pelo colegiado do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

A decisão foi tomada no dia 1º de fevereiro pela desembargadora federal Selene Maria de Almeida, mas divulgada somente na última terça-feira (5) pelo MPF-AM (Ministério Público Federal no Amazonas).

No dia 1º deste mês, o juiz federal Márcio André Lopes Cavalcante, da 1ª Vara do TRF1, também determinou que a União adote medidas urgentes para preservar a saúde dos cerca de 28 mil índios que vivem nos três municípios que formam o Alto Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira (24 mil), Barcelos (1,7 mil) e Santa Isabel do Rio Negro (2,2 mil).

No recurso indeferido pela desembargadora, a União tentava derrubar uma decisão de 17 de dezembro, em que a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, também do TRF1, determinou, em caráter provisório, que a Sesai garanta o abastecimento e a distribuição de remédios básicos às comunidades indígenas atendidas pelo Disei Alto Rio Negro.



Hilton Coelho pede que presidente Dilma se lembre dos quilombolas

SÍTIO TRIBUNADABAHIA, 06.02.2013

O vereador Hilton Coelho (PSOL) afirma que o Quilombo Rio dos Macacos continua ameaçado e seus moradores intranquilos.

"O governador Jaques Wagner (PT) anuncia que a presidenta Dilma Rousseff (PT) passará o feriado de carnaval descansando na Base Naval de Aratu, em Salvador, na companhia da filha, do genro, do neto, da mãe e da tia. O que reivindico é que por um momento ela lembre-se que é a comandante das Forças Armadas e tenha uma postura firme diante da Marinha do Brasil que continua oprimindo os quilombolas do Rio dos Macacos", afirma o socialista.

"É inadmissível que mais uma vez a presidenta Dilma Rousseff venha à Bahia e ignore a situação dos crimes praticados pela Marinha de Guerra do Brasil. Será que só a presidenta não sabe do que ocorre no local embora as denúncias tenham repercussão até no exterior?", questiona Hilton Coelho.

O vereador do PSOL lembra que a Base Naval de Aratu fica a 9 km do Quilombo Rio dos Macacos.

O vereador ainda afirma que a comunidade Rio dos Macacos, já reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como Quilombola, com Laudo Antropológico depositado no INCRA, desde julho de 2012, sofre com a ameaça de expulsão.

"A presidenta no passado foi vítima dos militares. Não pode agora fechar os olhos para a comunidade que não desiste de seus direitos. Um juiz federal deu uma sentença sem nunca ter ouvido adequadamente a comunidade e agora não pode sofrer a humilhação de perder seu território".



União reconhece territórios de comunidades quilombola na Paraíba

SÍTIO G1, 06.02.2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu mais de 300 hectares de terra como áreas de comunidade quilombola na Paraíba. Os reconhecimentos foram feitos por portarias publicadas na terça (5) e na quarta-feira (6) no Diário Oficial da União, assinadas pela presidente substituta do Incra Érika Galvani Borges. Os territórios estão localizados nas cidades de Riachão do Bacamarte e Mogeiro, ambas no Agreste do estado.

Na terça o Incra reconheceu 138,8964 hectares localizados em Riachão do Bacamarte como terras da Comunidade Remanescente do Quilombo Grilo. E hoje foram reconhecidos 214,0022 hectares como da Comunidade Remanescente do Quilombo Matão. Os processos tramitam, respectivamente, desde 2007 e 2005 na superintendência do Incra na Paraíba.

Segundo o setor de Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra-PB, no total 28 processos de reconhecimento de áreas de comunidade tramitam no órgão. "Na prática essas portarias são uma etapa do processo de autoidentificação que é pedido pela própria comunidade", explicou a antropóloga do Incra, Maria Esther Fortes.

Esther disse que o próximo passo é encaminhar para o Incra em Brasília os documentos para que sejam elaborados os decretos de desapropriação das áreas particulares que estão dentro do perímetro dos quilombolas, que foram definidos nas portarias com base em relatórios técnicos. "Dessa forma toda o território será entregue às comunidades", completou a antropóloga.

O Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra-PB informou que os documentos para que sejam feitas as desapropriações serão enviados imediatamente, mas que a publicação dos decretos depende do governo federal.



Agraer faz entrega de sementes para 14 comunidades quilombolas do Estado

SÍTIO TERRA, 06.02.2013

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (Agraer) iniciou ontem (5), a entrega dos kits de sementes de feijão, milho e hortaliças, no total de 3 mil kg, para 14 comunidades quilombolas do Estado. Os primeiros quilombolas a receberem as sementes foram da comunidade Picadinha, de Dourados (MS).

Os kits de sementes serão distribuídos nas seguintes regiões: Comunidades Remanescentes de Quilombolas de Picadinha (Dourados), Colônia São Miguel (Maracaju), Família Cardoso, Romano Martins da Conceição e Bulhões (Nioaque), Furnas dos Baianos (Aquidauana), os Pretos (Terenos), Furnas da Boa Sorte (Corguinho), Ouroândia (Rio Negro), Família Quintino (Pedro Gomes), Furnas de Dionísio (Jaraguari), Santa Tereza – Malaquias (Figueirão), Chácara do Buriti (Campo Grande) e Família Ozório (Corumbá).

De acordo com a Agraer, a Embrapa de Brasília, encaminhou 200 kits, para serem distribuídos a todas as comunidades quilombolas, cumprindo a meta do Projeto Brasil Sem Miséria, com objetivo de melhorias na produção e aumento de renda dos quilombolas.

Uma parceria do governo federal e governo estadual, dando continuidade do projeto "ILE ÈGBÉ (Ilê que significa Terra e Ègbé – comunidade, na língua africana) bem como das entregas das patrulhas mecanizadas, para quatro comunidades quilombolas, realizada em dezembro de 2012. E agora com a entrega de sementes para 14 comunidades remanescentes de quilombos de MS.

Segundo o coordenador geral da Coordenação Rural das Comunidades Negra Rural Quilombolas de MS (Conerq/MS), Ramão Castro de Oliveira, "estes kits serão divididos para as comunidades de acordo com a área do plantio, para 200 famílias. Iniciamos ontem (5), as entregas e seguiremos o trabalho até o próximo dia 16."

Para o presidente do Instituto Casa da Cultura Afro Brasileira (Iccab), Antônio Borges dos Santos, "esta iniciativa se dá através do apoio dos nossos parceiros que são o governo do Estado, Agraer, Embrapa – Ministério da Agricultura, e através das solicitações das comunidades que vem desenvolvendo ações afirmativas para as mesmas. Desta forma, elas continuam no seu habitat desenvolvendo a agricultura familiar".

Antônio Borges informa que, duas das comunidades quilombolas, sendo elas, a Chácara Buriti e Furnas de Dionísio já estão no segundo projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto a Conab Regional. "Isso tem dado sustentação e venda dos seus produtos", afirmou o presidente do Iccab.



UnB forma primeiro médico indígena

SÍTIO UOL, 06.02.2013

A 85ª turma de Medicina da UnB marcou um feito inédito: entre os novos médicos estava o primeiro a ser formado pelo vestibular indígena. Josinaldo da Silva, representante da tribo Atikum, no sertão pernambucano, é o símbolo de um projeto de diversidade promovido pela UnB nos últimos dez anos. Engajado com a causa de seu povo, Josinaldo pretende usar o conhecimento adquirido na UnB no programa Saúde da Família, que leva saúde diretamente às comunidades.

No depoimento concedido à UnB Agência, ele conta que sonhava em ser médico desde que começou a trabalhar como agente de saúde, aos 22 anos, mas a falta de opções em sua região fez com que ele estudasse Matemática. Foi a criação do vestibular específico para indígenas na UnB que possibilitou a realização de um sonho. "As informações são mais difíceis na aldeia. Um grupo de colegas veio à capital em 2005 e descobriu as cotas", conta. Me interessei de imediato. Com o curso de Medicina, poderia contribuir mais com a minha aldeia". Leia abaixo trechos do depoimento de Josinaldo.

Chegada a Brasília

Confesso que quando passei, não acreditei. A ficha demorou um pouco a cair. Foi no início de 2006. Vim com uma colega e aqui me reuni com um grupo de indígenas de outros cursos. Éramos 13 cotistas ao todo: além da Medicina, havia estudantes de Enfermagem, Nutrição, Biologia e Farmácia. Foi muito difícil no início. Precisamos pagar um aluguel caro, não tínhamos referências, conhecidos, ninguém que se dispusesse a ser fiador. Além disso, tínhamos uma bolsa de R\$ 900. Todo mundo sabe que isso é pouco para a cidade. Nossa salvação foi a Dona Socorro, que nos acolheu na 706 Norte e agiu como um anjo. Era paciente e compreensiva, nos apoiava quando a bolsa atrasava e sempre negociava os pagamentos.

A adaptação na cidade

Eu preciso ser sincero. Estou aqui desde 2006, mas nunca me adaptei. Acho que nunca vou me adaptar. Brasília é agradável, tem um ambiente gostoso, é uma cidade tranqüila, mas é muito fechada. Eu estranho ainda viver num apartamento. A gente que é do mato sempre sente falta da natureza. É o nosso mundo, sabe.

Primeiras impressões da UnB

Foi outro momento difícil, pois tudo é estranho. A gente não conhece ninguém, não tem amigos. Acaba que passei, como outros colegas indígenas, muitos momentos de isolamento. E existe o preconceito, que ninguém admite, mas acontece. Quando era apresentado, a reação era sempre a mesma: "Você é índio, que legal, como é a vida lá na aldeia?". Mas na hora dos trabalhos de grupo, nas conversas do intervalo, ficava sempre de lado ou por último.

CONT.



O preconceito

Eu mesmo nunca ouvi, mas alguns colegas me relataram casos de professores que reclamavam por dar aulas para índios. Alguns colegas reagiram escondendo que eram cotistas. Com o perdão da expressão, acho isso uma sacanagem. Tem que enfrentar o preconceito, senão não supera a barreira. Temos de firmar o compromisso com nosso povo. E se começa uma conversa estranha, atravessada, eu corto na hora. Não permito prosperar.

Apoio de colegas e professores

É verdade que eu fiz poucos amigos. Mas esses são verdadeiros. Eles me ajudaram a transpor várias barreiras, me apoiaram no início, ajudaram nos estudos durante os primeiros semestres, quando precisei me adaptar ao ritmo da Universidade, a compreender bem toda a teoria que a medicina tem. O conhecimento nas aldeias é muito prático. A gente sabe que a coisa funciona, mas não sabe como. Na UnB é diferente, precisei estudar muito e o apoio dos colegas foi fundamental.

Alguns professores também são inesquecíveis. A Yolanda Galindo Pacheco e a Jussara Rocha Ferreira, da Anatomia, além de excelentes mestras, vestiam a camisa do grupo, defendiam as cotas e os cotistas. Elas apoiaram muito a nossa causa. Punham a mão no fogo pela gente. O professor Carlos Eduardo Tosta também foi importante, ele tinha uma sensibilidade, que eu chamaria de espiritual, e muito respeito pela tradições indígenas.

O futuro imediato

Agora estou lutando pela Residência. Não é fácil, mas tenho fé que tudo dará certo. Estou disputando uma vaga lá no Hospital de Planaltina. Quero seguir o caminho da Saúde da Família, é o que mais pode contribuir com a minha comunidade.

Meu objetivo é voltar pra aldeia tão logo termine a formação. É um acordo que faz parte do convênio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas é mais do que isso, é um compromisso meu com o meu povo, com os Atikum, minha origem e minha razão de estudar. O índio é o que pode cuidar melhor da saúde do índio, compreende os costumes, conhece a tradição. Um índio tem todas as condições de cuidar de uma tribo, reunindo o saber da universidade com o saber tradicional. É esse o meu objetivo.



Organizações e bispo denunciam falta de atenção à saúde dos povos indígenas

SÍTIO AGENCIABRASIL, 06.02.2013

"A gripe, a diarreia, a falta de medicamentos e de atendimento médico, a [constante alegação] de falta de combustível e a discriminação étnica venceram mais uma vez". Assim a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro se referiu à morte de duas crianças da etnia Hupda, aldeia Taracua-Igarapé, em São Gabriel da Cachoeira. Confirmadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), as mortes ocorreram em janeiro mês, quando um surto de virose deixou doentes 13 moradores da comunidade. As autoridades de saúde ainda estão apurando o que provocou a diarreia e o vômito. Para a federação, as vítimas não resistiram às "doenças de branco" e à falta de atenção.

"Faltam profissionais de saúde para cuidar dessas pessoas. Os profissionais passam por lá de tempos em tempos, mas não se estabelecem", afirmou à Agência Brasil Nildo José Miguel, índio tukano e um dos diretores da federação. Segundo ele, os hupdas não são as únicas vítimas das doenças nem o problema é recente. "A desnutrição, por exemplo, é um problema de toda a região e ninguém tem conseguido amenizá-lo. O que agora está sendo noticiado é um problema histórico e não apenas dessa etnia [Hupda]. São vários óbitos ao longo dos últimos anos, mas faltam notificações. O órgão responsável não consegue acompanhar a situação", acrescentou.

Miguel lembrou que a maior parte das comunidades não dispõe de água tratada ou saneamento básico. Para ele, as autoridades públicas das três esferas de poder (federal, estadual e municipal) deveriam montar uma operação especial durante a qual uma equipe de saúde deveria permanecer nas aldeias afetadas, dando assistência médica aos doentes. De acordo com a Sesai, ainda neste mês começa a ser feito um diagnóstico sanitário e ambiental para detectar a existência de possíveis contaminantes da água usada pela Aldeia Igarapé, junto com a busca de opções de abastecimento para a comunidade.

O bispo católico da Diocese de São Gabriel da Cachoeira, dom Edson Damian, que há 14 anos vive na Amazônia, disse à Agência Brasil que a real situação das comunidades indígenas da região é ignorada. "Não conhecemos a real dimensão dos problemas. Visito frequentemente as comunidades do Alto Rio Negro e a cada nova visita encontro sepulturas recentes [nas quais] os índios me dizem terem enterrado crianças". Segundo dom Edson, até o início de 1990 os missionários salesianos eram os principais responsáveis por zelar pela saúde e educação dos índios amazônidas. Ele lembrou que até aquela época o Estado estava ausente da região. "A partir daí, o Estado foi recebendo, praticamente herdando, toda a infraestrutura já construída pela Diocese. Mesmo assim, até hoje, o atendimento aos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em aldeias espalhadas ao longo do Rio Negro, ainda é muito precário", disse.

O bispo reconheceu que as longas distâncias e a dificuldade de acesso, principalmente quando o nível dos rios baixa, é um complicador para o trabalho dos agentes de saúde. Especificamente sobre a situação dos hupdas, o bispo explica que há fatores culturais que contribuem para fazer com que a etnia seja vista, mesmo entre outros povos, como "os mais pobres entre os pobres".



Prêmio Culturas Indígenas tem inscrições prorrogadas, no AM

SÍTIO G1, 06.02.2013

A quarta edição do Prêmio Culturas Indígenas teve o prazo de inscrições prorrogado até o dia 25 de fevereiro. De acordo com a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), o prazo anterior terminava nesta terça-feira (05), mas, atendendo a pedidos de interessados em participar, a data foi alterada para incluir mais projetos.

O Prêmio foi criado pelo Ministério da Cultura em 2006, a partir de indicação do Grupo de Trabalho para as Culturas Indígenas, atual Colegiado Setorial das Culturas Indígenas. A premiação é concedida a comunidades indígenas que estão realizando ações e trabalhos de fortalecimento de suas expressões culturais, ou que divulguem seus modos e concepções de vida para outros segmentos da sociedade brasileira.

Desde a sua primeira edição, em 2006, já foram premiadas 256 iniciativas de valorização cultural e, até a sua terceira edição, o total do recurso repassado em prêmios foi de R\$ 5.518.000,00. Os interessados em se inscrever precisam preencher o formulário no site oficial com projetos relacionados a terras e territórios indígenas, religião, rituais e festas tradicionais, educação, entre outros.

As inscrições são gratuitas e o número de inscrições é ilimitado. Os cem melhores projetos serão premiados, com valores distribuídos entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. O anúncio dos vencedores está previsto para o mês de abril.

O projeto é uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC), a Seind, o Comitê de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio da câmara técnica 'Promoção dos Povos Indígenas: Perspectiva de Valorização do Patrimônio Cultural'.



No AM, 70 mil índios terão que ter acesso à água potável, diz Justiça

SÍTIO G1, 06.02.2013

Os 70 mil indígenas que moram nas regiões do Alto Solimões, localizada no noroeste do Amazonas, e Vale do Javari, situada no extremo oeste do Estado, deverão ser beneficiados com o fornecimento de água potável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), segundo a Justiça. A decisão foi tomada a partir da liminar concedida em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), no dia 10 de dezembro do ano passado (Dia D da Saúde Indígena), por meio da Procuradoria da República no Município de Tabatinga (PRM/TBT).

Na decisão liminar, a juíza federal Marília Gurgel, da Subseção Judiciária de Tabatinga, determina que a Sesai adote medidas emergenciais para o fornecimento de água em, no máximo, 30 dias. Um mês após a aplicação das medidas, a Secretaria deverá apresentar à justiça um relatório com o feedback das atividades. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 5 mil. A Sesai pode recorrer da decisão.

De acordo com a assessoria do Procuradoria da República no Amazonas, a maioria das aldeias que serão beneficiadas fica muito distante dos centros urbanos e não possui saneamento básico apropriado, o que leva os moradores dos locais a usar água de rios e igarapés para consumo e uso diário, facilitando a contaminação de doenças. No total, cerca de 70 mil índios serão beneficiados em 379 aldeias e comunidades das duas regiões.



Audiência decide destino de crianças indígenas abandonadas

SÍTIO PROGRESSO, 06.02.2013

Crianças indígenas vítimas de violência ou abandono estão “envelhecendo” nos abrigos de Dourados, enquanto se discute a adoção dessas crianças. Se por um lado órgãos de proteção ao índio defendem que as crianças devem ser adotadas por lideranças da comunidade indígena, por outro, a Promotoria da Infância e da Juventude acredita que na ausência de famílias indígenas interessadas, as crianças devem ser encaminhadas para o Cadastro Nacional de Adoção, e conseguirem portanto ser adotadas por não-índios.

Para resolver o impasse, a promotora de Justiça da Infância e da Juventude, Fabrícia Barbosa de Lima, anunciou que hoje haverá uma reunião na Promotoria com lideranças indígenas para discutir o assunto. Elas terão 30 dias para apresentar uma lista com nomes de casais da Reserva Indígena interessados em adotar. O encontro está marcado para as 10h. A medida tem a finalidade de destinar um lar para as crianças que, segundo a Promotoria, estão praticamente abandonadas pela comunidade indígena, restando apenas os abrigos como alternativa.

“A legislação prevê que as crianças devem ficar num prazo máximo de até dois anos nos abrigos e infelizmente, no caso das indígenas isto não acontece porque elas estão passando muito tempo, até mesmo se tornando adultas nesses lares. O problema é que estas crianças, como qualquer outra, têm o direito de ter uma referência de pai e mãe e o que de fato é uma família”, argumenta.

De acordo com o juiz da Vara da Infância e Juventude, Zaloart Murat Martins, ao mesmo tempo em que não há uma lista de indígenas dispostos a adotar, há uma resistência por parte dos órgãos de proteção em liberar as crianças ao Cadastro Nacional de Adoção, onde não-indígenas poderiam adotá-las”, explica.

O magistrado conta que há cerca de dez anos a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizava o cadastro de famílias indígenas interessadas na adoção, mas o serviço foi extinto porque a entidade entende não ser de competência dela atuar nesta frente. “O problema disso é que as crianças são levadas para os abrigos e ficam abandonadas lá. Não aparece nenhuma liderança indígena ou parente interessado em adotar estas crianças”, disse.



Aberto processo seletivo para professor trabalhar com índios no MA

SÍTIO TOP, 06.02.2013

As inscrições para processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores que irão trabalhar nas escolas indígenas e na área de Ciências Agrárias - Projovem Campo/Saberes da Terra, serão abertas na segunda-feira pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas até sexta-feira (8), entre 8h e 12h e das 14h às 18h, nos locais indicados nos editais, disponíveis no endereço eletrônico da Seduc: www.educacao.ma.gov.br/seletivo2013

Os candidatos selecionados irão atuar como professores contratados em escolas indígenas e do campo da rede estadual de ensino, atendendo a necessidade da Seduc de preencher o quadro de pessoal docente.

As vagas serão ocupadas nas escolas indígenas localizadas nas Unidades Regionais de Educação (UREs) de Açailândia, Barra do Corda, Imperatriz, Santa Inês e Zé Doca.

Os selecionados para a educação do campo irão preencher as vagas existentes nas UREs de Bacabal, Balsas, Chapadinha, Caxias, Codó, Itapecuru-Mirim, Imperatriz, Presidente Dutra, Pedreiras, Pinheiro, Santa Inês, Viana e Zé Doca.

São oferecidas 954 vagas para professores da educação indígena, distribuídas da seguinte forma: 542 para ensino fundamental (1ª a 4ª séries/1º ao 5º ano), 300 para o ensino fundamental (5ª a 8ª séries/6º ao 9º ano), e ensino médio, 130 vagas. Para a educação do campo, são ofertadas 44 vagas, distribuídas por URE, nas áreas de Ciências Agrárias - Projovem Campo/Saberes da Terra.

O secretário de Estado de Educação, Pedro Fernandes Ribeiro, destaca que o foco da Seduc é ofertar ensino de qualidade nas modalidades e diversidades educacionais. "O processo seletivo de professores integra o projeto de educação inclusiva, beneficiando segmentos mais frágeis socialmente e que precisam de apoio diferenciado".

Na avaliação da secretária-adjunta de Projetos Especiais da Seduc, Conceição Andrade, o processo seletivo para professores indígenas garantirá a oferta do ensino nas aldeias e do Projovem Campo e Saberes da Terra. "Com a contratação de professores, o estado garante a oferta da educação indígena e do Campo". Ela lembrou que as aulas nas escolas indígenas terão início em março.



Guaranis e Caigangues participam de homenagens a Sepé Tiarajú

SÍTIO UOL, 06.02.2013

Cerca de 120 índios guaranis e caigangues participam, no Parque Rincão das Carretas, de homenagens aos 257 anos de morte do herói guarani missioneiro riograndense Sepé Tiarajú. Também é realizada a 10ª Peregrinação Ciclística Popular em busca da Terra Sem Males - O Caminho de Sepé Tiarajú, que teve como ponto de saída Porto Alegre, seguindo por Rio Pardo, Cachoeira do Sul, São Sepé e São Gabriel onde haverá uma homenagem com pedalada até o Caiboaté e Sanga da Bica.

Entre os organizadores do evento, destaca-se o Irmão Marista Antonio Cechin, militante dos movimentos sociais e autor de vários livros. Antônio Cechin influenciou uma geração de militantes no Rio Grande do Sul e no país. Foi o criador da Romaria da Terra, da Romaria das Águas e idealizador da missa em honra a São Sepé Tiaraju. Atualmente é Agente de Pastoral em diversas periferias da região metropolitana de Porto Alegre, assessor de Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul, dos catadores e recicladores. Desempenha ainda a função de coordenador do Comitê Sepé Tiaraju e da Pastoral da Ecologia do Regional Sul-3 da CNBB.

Jornalistas do Paraná, Santa Catarina e Argentina acompanham o evento que tem como um dos objetivos analisar as melhores políticas públicas e ações que visem beneficiar os indígenas para encaminhá-las aos órgãos públicos e entidades competentes. O prefeito de São Gabriel, Roque Montagner e o Chefe de Gabinete, Luis Pires, acompanharam hoje algumas atividades que fazem parte da programação do evento.



Criança indígena que não sabia falar português vira atriz de "Tainá - A Origem"

SÍTIO IG, 06.02.2013

O que era para ser uma entrevista formal com o elenco do filme "Tainá – A Origem", que estreia nesta sexta-feira (8), começou de forma inusitada: três crianças descalças, cantando uma música indígena e correndo pela sala de um hotel em São Paulo. A cena dá o tom de brincadeira que reinou durante as filmagens do longa, uma fantasia ambientada na Amazônia e cuja protagonista, Wiranu Tembê, é uma índia de verdade que até ganhar o papel-título nunca tinha saído de sua tribo e não falava português.

O filme é o terceiro da saga infantil que estreou há 12 anos (juntos, os dois primeiros levaram mais de 1,5 milhão de brasileiros ao cinema), mas sua história é a primeira cronologicamente. Hoje com 20 anos, a intérprete original de Tainá, Eunice Baia, teve de ser substituída no longa que mostra a protagonista ainda criança, combatendo um inimigo ancestral de sua família para evitar a destruição da floresta.

A produção saiu em busca de uma nova atriz e descobriu Wiranu, então com cinco anos, na Aldeia Tekohaw, no Pará. Sem experiência profissional e falando apenas tupi, a menina se destacou em meio a 2,2 mil garotas selecionadas para testes, ficou entre as 13 finalistas e finalmente conseguiu o papel. "Ela tinha um olhar virgem, sem expectativa, e respondia muito rápido aos comandos. Era a Tainá em todos os sentidos", garantiu o preparador de elenco, Claudio Barros, em entrevista ao iG .

O primeiro passo foi familiarizar Wiranu com o português, que em sua aldeia é ensinado apenas a crianças mais velhas. Hoje com oito anos, ela afirma que não foi difícil aprender e que já se sente à vontade ao lado de pessoas de fora e em ambientes diferentes do seu. "Está sendo normal, gostoso", afirmou, sobre a experiência.

De poucas palavras, Wiranu só abandonou o modo calmo de falar ao ser questionada sobre se gostaria de dar sequência à carreira de atriz. "Siiiiim!", gritou, erguendo os braços.

O treinamento de Wiranu e das outras crianças do elenco (o paulista Igor Ozzi e a paranaense Beatriz Noskoski), ficou a cargo de Barros e aconteceu em plena floresta Amazônica. Durante três meses, não houve menção a personagens ou cenas, apenas jogos como correr com um arco e flecha ou subir em uma árvore e depois pular no rio. "Nosso objetivo era criar um universo natural e dentro da dinâmica que eles conhecem, que é a brincadeira. Essa era a linguagem que eles dominavam", disse.

No set, a diretora Rosane Svartman tentou preservar o mesmo clima. "Não dá para passar o peso do set para o elenco infantil", explicou. "O grande desafio de um filme para crianças com crianças protagonistas é deixá-las à vontade, brincando. É preciso convencê-las a fazer o que você acha que é importante para o filme, mas de forma leve, sem que pareça tão importante quanto é."



Deputados divergem quanto à devolução de terra a índios no MT

SÍTIO IG, .06.02.2013

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, o deputado Padre Ton (PT-RO) afirma que o Executivo “apenas cumpre a Constituição” ao devolver 165 mil hectares de terras aos índios Xavante Marãiwatsédé no Mato Grosso. “O governo ainda deve, porque o texto constitucional disse que teria que demarcar 100% das terras indígenas em cinco anos, até 1993”, sustenta.

No último dia 29, uma força-tarefa do Governo Federal finalizou a retirada de moradores da localidade de Suiá Missú, em Posto da Mata (MT), iniciada há cerca de dois anos. A terra foi homologada em 1998, mas já estava invadida e não foi devolvida aos indígenas.

Críticas

Para o deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que coordenou um grupo de trabalho que visitou a região no final do ano passado, a decisão judicial deveria ser reavaliada. De acordo com o parlamentar, o governo não tem trabalho de assistência nem para os brancos nem para os índios na região.

Segundo Fagundes, “os índios foram alocados numa área que não é apropriada, porque já era uma área agrícola, e os brancos que foram retirados e estavam produzindo alimentos agora estão passando fome”. O deputado afirma ainda que essa população está vivendo em lonas nas cidades próxima à antiga ocupação.

Na opinião de Fagundes, o governo deveria ter feito um planejamento das transferências. Conforme afirma, 300 casas do programa Minha Casa, Minha Vida, poderiam solucionar o problema das famílias desalojadas.

Assistência

De acordo com Padre Ton, o diretor da Polícia Federal, que comanda a desocupação, garante que todas as famílias que ocupavam as terras indígenas serão assentadas. Mas, o deputado também assegura que, de acordo com informações da Fundação Nacional do Índio (Funai), “muitas terras estavam com políticos da região”.

Na avaliação de Wellington Fagundes, entre 5 e 6 mil pessoas moravam nas terras devolvidas aos índios. Já informações do governo dão conta de que, desde o início da ação da força-tarefa, foram desocupadas 619 construções, entre residências e comércio.

As notícias do Executivo afirmam ainda que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária já cadastrou 235 famílias a serem transferidas para assentamentos na região, e pelo menos 30 famílias receberão casas do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) Vida Nova.



Funai perde disputa por mais terras em Brasnorte (MT)

SÍTIO AGRINEWS, 06.02.2013

A ampliação da TERRA INDÍGENA MENKÜ , no município de Brasnorte/MT, poderia causar prejuízos irreparáveis a diversos pequenos e médios produtores rurais da região, às suas famílias , pois se trata de áreas produtivas. A FUNAI queria estender os atuais 47.094 hectares, fixados pelo Decreto nº 94.013/87, para uma área de 186.648 hectares, o que afetaria, não só a todos aqueles que ali vivem de atividades agrícolas e pecuárias, como, drasticamente afetará a sobrevivência do próprio Município de Brasnorte/MT.

...

A decisão do Juiz Hamilton de Sá Dantas - Juiz Federal Titular da 21ª vara federal do DF , declara nula a Portaria nº 1.573, de 18 de novembro de 2011 que ampliava a reserva indígena em quase 140 mil hectares e devolve a tranquilidade aos produtores que moram e trabalham nessas terras.



De volta a Angola Janga relembra a destruição do Quilombo dos Palmares

SÍTIO ZONADAMATA, 06.02.2013

Os 319 anos da batalha que massacrou milhares de pessoas no Quilombo dos Palmares foi lembrada na madrugada desta quarta-feira, 6, na Serra da Barriga, município de União dos Palmares.

O evento está na segunda edição e reuniu cerca de cem pessoas, entre religiosos de matrizes africanas, quilombolas das comunidades Muquém, de União e Carrasco de Arapiraca, estudantes, grupos culturais e autoridades do município e do governo estadual e federal.

Já passava da 1h quando os religiosos saíram em cortejo do posto 2, onde fica o estacionamento da Serra, para saudar seus ancestrais e percorreram cerca de 2km em direção ao Platô da Serra, onde fica o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, ao som dos atabaques e teve momentos de reflexão.

Segundo a secretária municipal de Cultura, Genisete Sarmiento, autora do projeto, quando representante da Fundação Palmares no Estado, essa atividade iniciada ano passado é a lembrança aos ancestrais quilombolas que foram massacrados pelas tropas lideradas por Domingos Jorge Velho. "Esse evento é a abertura das atividades do 20 de novembro, onde se comemora o Dia da Consciência Negra, disse.

A secretária ressalta que trazer de volta os remanescentes que são descendentes dos quilombolas que sobreviveram à batalha é emocionante, acrescentando que no próximo ano, acontecerá a terceira edição.

Para o representante de Alagoas no Conselho Nacional de Igualdade Racial, Elcias Pereira, "essa homenagem aos ancestrais resgata essa luta e fortalece a contemporaneidade do povo negro", disse.

Depois das apresentações, homenagens e cultos aos ancestrais, foi servido um café da manhã para os presentes, no Restaurante Kùuku-Wàana (Banquete Familiar), encerrando evento.